

LUZARDO, BATISTA

*rev. 1923; dep. fed. RS 1924-1930; rev. 1930; ch. pol. DF 1930-1932; rev. 1932; dep. fed. RS 1935-1937; emb. Bras. Uruguai 1937-1945; emb. Bras. Argentina 1945; const. 1946; emb. Bras. Argentina 1946-1947; dep. fed. RS 1947-1951; emb. Bras. Argentina 1951-1953.

João Batista Luzardo nasceu em Salto, distrito de Uruguaiana (RS), no dia 11 de dezembro de 1892, filho de Severo Luzardo, coronel da Guarda Nacional, e de Margarida Aspestéguy. Em seu batismo foi utilizada a letra S na grafia do seu sobrenome, o que explica a alternância das duas formas. A família Luzardo exercia atividades ligadas ao comércio na região fronteiriça com o Uruguai. O avô paterno, de origem basca, nascido nas ilhas Canárias, trabalhava com o filho no transporte de mercadorias em carretas.

Batista Luzardo perdeu a mãe durante os primeiros meses de vida e foi morar com uma tia em Uruguaiana. Em 1904 ingressou no Colégio Santana e em 1906 transferiu-se para o Colégio Marista de Santa Maria (RS). Expulso em 1909 por indisciplina, juntamente com dois colegas, filhos, respectivamente, do general Fernando Setembrino de Carvalho e de Fernando Abbott, retornou então à estância do pai em Uruguaiana. Em 1910 mudou-se para Porto Alegre e matriculou-se na sexta série do Colégio Júlio de Castilhos. No mesmo ano em que encerrou os estudos preparatórios, cursou a primeira série da Faculdade de Medicina de Porto Alegre na condição de aluno ouvinte.

Em dezembro de 1913 partiu para o Distrito Federal para terminar os estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Quando ainda cursava a quarta série de medicina, ingressou na Faculdade Livre de Direito. Terminou o curso de medicina em 1916 e o de direito em 1918. De 1917 a 1919, participou do combate à peste bubônica e à gripe espanhola, que assolaram a capital federal. Em outubro de 1919 retornou a Uruguaiana e em janeiro do ano seguinte abriu consultório. Em fevereiro, foram detectados sinais de peste bubônica na cidade. Confirmado o surto da doença, dedicou-se intensamente a combatê-la, aproveitando a experiência obtida no Rio. Organizou o serviço de visita sanitária domiciliar, entrando em contato pessoal com praticamente todas as famílias da cidade e tornando-se muito popular.

A REVOLUÇÃO DE 1923

Em junho de 1922, Luzardo fundou, juntamente com Fernando Orcy, a Policlínica de Uruguaiana. Em setembro, esteve prestes a se bater em duelo com José Antônio Flores da Cunha, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e na época intendente de Uruguaiana, cargo equivalente ao de prefeito, que o desafiou em função de críticas que fizera à sua administração através da imprensa, mas depois recuou. Por essa época, tornou regular sua colaboração no jornal oposicionista *A Nação*, de orientação federalista, onde fazia críticas sistemáticas ao intendente. Em novembro de 1922 foi preso por Flores da Cunha em virtude do violento editorial que escreveu protestando contra a prisão de alguns federalistas, mas foi logo libertado graças à intermediação de Sérgio Ulrich de Oliveira, um dos dirigentes republicanos da cidade.

O fim do ano de 1922 foi marcado no Rio Grande do Sul pela eleição para a presidência do estado no dia 25 de novembro. O PRR pretendia eleger pela quinta vez seu líder máximo, Antônio Augusto Borges de Medeiros. A oposição, formada por federalistas e uma ala republicana dissidente, uniu-se por seu turno em torno da candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Luzardo, que não mantinha vínculos partidários formais, votou com a oposição.

Realizado o pleito, Borges de Medeiros foi declarado eleito. Considerando o resultado fraudulento, Luzardo, juntamente com Raul Pilla e Plínio Casado, tentou a sua impugnação. A oposição tentava obter a intervenção do governo federal e, para isso, Assis Brasil viajou para o Distrito Federal logo após as eleições, entrando em contato com o novo presidente Artur Bernardes. Luzardo também viajou para a capital, onde discutiu com políticos ligados ao presidente a possibilidade de eclosão de um levante armado para derrubar Borges de Medeiros. O PRR havia apoiado a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à presidência da República, e por isso a oposição gaúcha contava com o beneplácito de Bernardes na campanha contra Borges de Medeiros. Segundo o depoimento que prestou a seu biógrafo, Glauco Carneiro, foi durante essa estada no Rio de Janeiro que, diante da vacilação do governo federal em intervir no Rio Grande do Sul, Luzardo articulou com o deputado Artur Caetano da Silva e com o estancieiro Adalberto Correia um plano insurrecional que seria deflagrado em Passo Fundo, Quaraí, Alegrete e Uruguaiana no dia da posse de Borges de Medeiros na presidência do estado, marcada para o dia 25 de janeiro de 1923.

A insurreição estourou, no entanto, no dia 8 de janeiro, por iniciativa do caudilho Leonel Rocha. No dia 24 Artur Caetano tomou Passo Fundo, à frente de cerca de quatro mil homens que, embora mal armados, se declararam “dispostos a só largar as armas quando Borges de Medeiros deixar o poder, a não ser que o chefe da nação resolva intervir para reintegrar o Rio Grande do Sul no sistema constitucional da União”, conforme telegrama enviado pelos rebeldes ao presidente da República.

Durante os três meses que se seguiram, Luzardo não interveio na guerra civil que se alastrava pelo estado. Permaneceu clinicando e mantendo contatos políticos, embora sob a vigilância cada vez mais rigorosa de Flores da Cunha, que já se armara para enfrentar a rebelião em Uruguaiana. Somente em fins de março, diante da aproximação das forças comandadas pelo “general” revolucionário Honório Lemes, que já tomara Alegrete e se aproximava de Uruguaiana, Luzardo, depois de escapar de uma tentativa de prisão encetada pelo intendente, incorporou-se às tropas do caudilho.

A coluna comandada por Honório Lemes concentrou suas operações na região fronteira com o Uruguai, praticando a guerra de guerrilha e enfrentando os efetivos legalistas chefiados por Flores da Cunha. Em junho, Luzardo foi designado chefe do estado-maior da coluna rebelde, substituindo o coronel Teodoro Meneses, que adoecera. Participou de todos os combates importantes na zona norte do estado, como os de Ibirapuitã, Vista Alegre, Poncho Verde, Quaraí, São Francisco de Assis e São Luís.

Enquanto se desenrolavam os combates, favoráveis, no seu conjunto, aos legalistas, mais numerosos e bem armados, o governo federal iniciou gestões no sentido de pacificar a política gaúcha. Iniciadas por Augusto Tavares de Lira, ex-ministro da Justiça e então juiz do Tribunal de Contas, as negociações resultaram em um acordo obtido pelo marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra. O Pacto de Pedras Altas, firmado pelos republicanos e os revoltosos em 14 de dezembro de 1923, manteve Borges de Medeiros no poder, mas reformou um artigo da Constituição estadual, vedando reeleição do presidente do estado, e garantiu a indicação, por voto popular, do vice-presidente e dos intendentes municipais. Luzardo, convidado por Assis Brasil e Honório Lemes, participou das negociações, exercendo importante papel no sentido de convencer os chefes militares rebeldes, que insistiam em prosseguir lutando, de que a situação militar lhes era desfavorável e o acordo era positivo.

Após a pacificação do estado, Luzardo voltou a clinicar. A participação revolucionária aumentara sua popularidade. Quando as oposições gaúchas realizaram o congresso de São Gabriel em janeiro de 1924 — durante o qual foi fundada a Aliança Libertadora —, sua presença como delegado de Uruguaiana foi alvo de muitas manifestações de simpatia. O congresso escolheu sete candidatos a deputado federal, dos quais apenas Luzardo representava a corrente de oposição radical ao presidente Artur Bernardes, estando os demais propensos a apoiá-lo. Considerando sua eleição garantida, Luzardo integrou uma comissão que percorreu diversas localidades gaúchas reforçando a campanha dos outros candidatos. Realizado o pleito, foi o mais votado entre os libertadores eleitos para a Câmara dos Deputados.

O PORTA-VOZ DOS REVOLUCIONÁRIOS

Batista Luzardo transferiu-se para o Distrito Federal em maio de 1924. Na Câmara, caracterizou-se por intransigente oposição ao governo federal, votando contrariamente à decretação do estado de sítio pedida e obtida por Artur Bernardes para combater o levante militar deflagrado no dia 5 de julho daquele ano. Irrompida em Sergipe, Amazonas e São Paulo, a revolta foi dominada rapidamente nos dois primeiros estados. Em São Paulo, contudo, os rebeldes, comandados por Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando então a cidade e deslocando-se para o interior. Valendo-se das imunidades parlamentares, Luzardo era, na Câmara, o divulgador das atividades e reivindicações dos revolucionários. Durante um intervalo das atividades parlamentares, reuniu em sua residência em Uruguaiana 17 representantes de guarnições militares sediadas no Rio Grande do Sul, entre os quais Luís Carlos Prestes, que tentavam articular um levante em apoio ao movimento desencadeado em São Paulo. Esse levante seria afinal deflagrado em outubro.

De volta ao Rio de Janeiro, Luzardo se engajou na conspiração liderada pelo capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães com o objetivo de sublevar a Esquadra e depor Artur Bernardes em apoio aos rebeldes paulistas e gaúchos. Luzardo foi incumbido da prisão do vice-presidente da República, Estácio Coimbra. Contudo, Protógenes foi preso antes da deflagração do movimento, prevista para o dia 21 de outubro de 1924, e Luzardo não chegou a cumprir sua missão.

Embora a chamada Conspiração Protógenes tivesse sido desarticulada pela prisão de seu líder e de diversos companheiros, outros oficiais da Marinha deflagraram um levante em novembro seguinte. Liderados pelo tenente Herculino Cascardo, os jovens oficiais tomaram o encouraçado *São Paulo* e rumaram para o Uruguai, de onde foram se juntar aos rebeldes gaúchos.

Em fevereiro de 1925, como membro da oposição, Luzardo foi convidado pelo deputado João Simplício, emissário do presidente Artur Bernardes, a participar das negociações de paz com os revolucionários paulistas, que se haviam concentrado no Sul, e com os gaúchos. Em março, os dois parlamentares se reuniram com o general Isidoro Dias Lopes na cidade argentina de Posadas, mas não foi possível qualquer tipo de acordo, pois o chefe revolucionário considerou que o governo fazia propostas muito vagas. Um mês depois, as forças revolucionárias paulistas e gaúchas se juntaram, sob a liderança de Luís Carlos Prestes e de Miguel Costa, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreria o interior do país através de 13 estados, combatendo as tropas legalistas até internar-se na Bolívia e no Paraguai no início de 1927.

A Coluna Prestes teve em Luzardo seu único divulgador e defensor na Câmara dos Deputados. O jornal *O Globo*, recém-fundado e opositor do governo federal, reproduzia em suas páginas os discursos em que eram transmitidas informações relativas às atividades dos revolucionários, fornecidas pelos próprios a Luzardo. Em maio de 1925, novamente oficiais identificados com os levantes revolucionários tentaram depor Artur Bernardes. A ação, agora, tinha como principal objetivo obter o apoio dos efetivos do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), no Rio de Janeiro. Luzardo, com mais dois companheiros, deveria efetuar dessa vez a prisão de Estácio Coimbra, aguardando, como sinal para o início da ação, que os oficiais, depois de tomar o 3º RI, disparassem uma salva de metralhadoras. No entanto, o assalto à unidade militar foi rechaçado pela guarda, resultando na morte do tenente rebelde Jansen de Melo. Na ausência do sinal combinado, o grupo de Luzardo não concretizou a ação. Luzardo e outros parlamentares foram presos, mas em pouco tempo recuperaram a liberdade por interferência do ministro da Justiça, Afonso Pena Júnior.

Luzardo manteve-se na oposição ao presidente Artur Bernardes até o final de seu governo, manifestando-se sistematicamente contra as iniciativas do Executivo e especialmente contra o comportamento adotado em relação aos movimentos rebeldes. Assim, votou na Câmara

dos Deputados contra a “moção de aplauso ao governo por ter dominado, em São Paulo, a revolução de Isidoro Dias Lopes”; denunciou as precárias condições em que eram mantidos os presos políticos, alguns confinados na ilha da Trindade, e opôs-se ao projeto que autorizava a promoção, por atos de bravura, dos sargentos e alunos das escolas militares que se haviam distinguido na repressão à revolta de São Paulo.

Com a ascensão de Washington Luís à presidência da República em 1926 e a extinção do estado de sítio que marcara o governo anterior, Luzardo adotou uma posição mais moderada. No entanto, permaneceu como porta-voz dos revolucionários na Câmara, especialmente na discussão acerca da concessão da anistia política. Reeleito pela Aliança Libertadora no início de 1927, manifestou-se em agosto, juntamente com outros parlamentares, contra um projeto de lei de autoria de Aníbal Toledo, que, a pretexto de combater o comunismo, restringia a liberdade de pensamento. Participou, nessa época, de vários comícios com Joaquim Francisco de Assis Brasil, Irineu Machado, Maurício de Lacerda, Otávio Brandão, do então Partido Comunista do Brasil (PCB), e outros, e integrou também o Núcleo de Defesa dos Princípios Constitucionais, formado, segundo o manifesto de lançamento, “por elementos esquerdistas da imprensa, do Parlamento, das profissões liberais, do funcionalismo, do comércio, da indústria, da lavoura, do trabalho e do ensino secundário e superior” para a “salvaguarda dos preceitos constitucionais”. O Núcleo se engajou na luta contra o projeto de Aníbal Toledo, mas este, a despeito da campanha oposicionista, acabou sendo aprovado, vindo a ser conhecido como “Lei Celerada”.

Ainda durante o segundo semestre de 1927, alguns grupos de oposição estaduais iniciaram articulações visando uma atuação conjunta. Luzardo foi indicado por Assis Brasil para manter a ligação entre os libertadores e o recém-fundado Partido Democrático (PD) paulista. Em março de 1928, a Aliança Libertadora transformou-se no Partido Libertador (PL) por decisão do Congresso de Bajé, com Assis Brasil na presidência, Raul Pilla na vice-presidência e Luzardo participando do diretório central. O PL nascia ligado ao Partido Democrático Nacional (PDN), federação de oposições estaduais criada no mesmo ano por iniciativa de Assis Brasil.

NA ALIANÇA LIBERAL

Enquanto os grupos oposicionistas intensificavam suas articulações visando as eleições para a sucessão de Washington Luís, marcadas para março de 1930, no Rio Grande do Sul o PL e o PRR se aproximaram ao longo do ano de 1928, graças à eleição para presidência do estado (em novembro de 1927) do republicano Getúlio Vargas, considerado mais “liberal” do que a “velha guarda” comandada por Borges de Medeiros. Na Câmara, porém, libertadores e republicanos por vezes atuavam de maneira desencontrada diante do problema sucessório. Na sessão de 12 de junho de 1929, por exemplo, o senador fluminense Feliciano Sodré pronunciou-se contra as candidaturas de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e de Getúlio Vargas, já lançadas por iniciativas isoladas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Na sessão seguinte, Luzardo respondeu a Feliciano Sodré protestando contra a exclusão do republicano Borges de Medeiros da lista de possíveis candidatos. Imediatamente foi aparteado por João Neves da Fontoura, do PRR, que alegou ser desnecessário o protesto do líder libertador, já que Borges não era candidato e nem caberia ao Rio Grande do Sul apontar nomes, mas sim aprovar aqueles indicados pela nação. A partir daí, em grande parte pela iniciativa de Luzardo, o debate acerca da sucessão presidencial se avolumou, tanto na Câmara quanto na imprensa.

Ainda em junho de 1929, os líderes do Partido Republicano Mineiro (PRM) Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos entraram em contato pessoal com Plínio Casado e Batista Luzardo, solicitando o apoio do PL à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, já que o governo federal insistia em lançar o nome do paulista Júlio Prestes, rompendo, assim, um dos acordos tácitos fundamentais da política até então em vigor, pelo qual o próximo presidente deveria ser mineiro. Consultada, a direção máxima do PL aceitou o acordo, exigindo em troca a inclusão dos principais pontos de seu programa partidário na plataforma de Vargas. O PRR e o PL formavam, dessa maneira, a Frente Única Gaúcha (FUG), voltada para a eleição de um gaúcho para a sucessão de Washington Luís. Nesse mesmo mês de junho, a FUG e o PRM firmaram um pacto, inicialmente secreto, em torno da candidatura de Vargas, recebendo a adesão da Paraíba, cujo presidente, João Pessoa, foi lançado candidato à vice-presidência da República.

No dia 31 de julho, o diretório central do PL reuniu-se em Bajé, oficializando seu apoio ao nome de Vargas e ao movimento que se formava em torno da candidatura gaúcha. Imediatamente, os republicanos gaúchos se congratularam publicamente com a resolução

dos libertadores. Em agosto formou-se a Aliança Liberal, para cuja comissão executiva Luzardo foi eleito, juntamente com Afonso Pena Júnior, Afrânio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, José Joaquim Seabra e outros. Em convenção realizada em setembro a Aliança Liberal homologou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Também o Partido Democrático Nacional (PDN), cujo diretório nacional Luzardo integrava, como representante do PL, em convenção realizada nesse mesmo mês, resolveu apoiar a chapa liberal.

A campanha eleitoral desenvolveu-se durante o segundo semestre de 1929. Luzardo viajava constantemente a Minas Gerais, não apenas por força das articulações políticas, como em virtude de um problema renal que, iniciado em 1923, agora se agravava. A conselho médico, passava temporadas em São Lourenço e Caxambu, estâncias hidrominerais mineiras. Também durante essas estadas prosseguia a campanha, realizando comícios e fazendo contatos políticos.

Na recepção a Vargas no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro, Luzardo foi um dos oradores indicados pela Aliança Liberal para discursar das sacadas ao longo da avenida Rio Branco, onde não havia alto-falantes. O discurso que proferiu na ocasião, iniciado com a indagação: “Quem vem lá?”, tornou-se célebre peça de oratória.

Em janeiro de 1930, Luzardo partiu para o Norte, numa das caravanas organizadas pela Aliança Liberal, juntamente com João Neves, Augusto de Lima, Francisco Solano Carneiro da Cunha, Paulo Duarte e outros. A comitiva foi subdividida em Recife, cabendo a Luzardo chefiar o grupo que percorreria o interior de Pernambuco e os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. As comitivas aliancistas enfrentaram sérios problemas criados pelas forças situacionistas, que provocaram conflitos muitas vezes violentos.

Realizadas afinal as eleições, saiu vitoriosa a chapa Júlio Prestes-Vital Soares. A derrota dos candidatos da Aliança Liberal fez com que se intensificassem as articulações já iniciadas por setores que, embora participando da campanha, não acreditavam na possibilidade de vitória da oposição e pregavam a insurreição contra o governo federal. Segundo Virgílio de Melo Franco em *Outubro, 1930*, Luzardo, em conversa com ele no dia seguinte à entrevista que Borges de Medeiros concedeu reconhecendo a legitimidade da vitória da chapa situacionista, teria afirmado que “o Rio Grande do Sul estava disposto a

enveredar pelo caminho da revolução, uma vez que Minas e Paraíba se dispusessem a acompanhá-lo”.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

De volta ao Rio de Janeiro após as eleições, Luzardo precisou submeter-se a uma intervenção cirúrgica, realizada em maio por Pedro Ernesto Batista, médico e correligionário da Aliança Liberal e do PDN. Instalado em Uruguaiana para recuperar-se, encarregou-se do trabalho de aliciamento das guarnições militares dessa cidade e das vizinhas, mantendo, também, contatos com oficiais revolucionários lotados no Sul, como João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias e Newton Estillac Leal. Marcada a data da insurreição para o dia 3 de outubro pelo comando supremo revolucionário, no qual se destacava Getúlio Vargas, Luzardo detalhou o plano militar para as operações na fronteira, responsabilizando-se pelo comando do destacamento de Uruguaiana, além de unidades de Itaqui e Quaraí. Com ele, alinharam-se os principais chefes libertadores da Revolução de 1923, à exceção de Honório Lemes, que faleceu no dia 30 de setembro.

Iniciada a insurreição em Porto Alegre, Uruguaiana foi tomada tranquilamente por uma força composta de cerca de três mil homens civis e militares. Luzardo, investido no posto de coronel por Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante militar geral das forças revolucionárias, dirigiu o levante. No dia seguinte, atravessou a fronteira e foi a Paso de los Libres, na Argentina, buscar o general Isidoro Dias Lopes, a quem conduziu à capital gaúcha para encontrar-se com Vargas.

Nos dias que se seguiram, a revolução foi vitoriosa na maioria dos estados. Em meados de outubro, na região Sudeste, restavam em mãos do governo apenas Rio e São Paulo. Um destacamento comandado por Luzardo, que foi batizado com seu nome, foi incumbido de seguir para a fronteira do Paraná com São Paulo, onde, na localidade de Itararé, preparava-se o confronto decisivo com as forças governistas, chefiadas pelo coronel Antônio Pais de Andrade e compostas de cerca de 3.200 soldados da Força Pública paulista e do Exército. O ataque dos revoltosos estava marcado para o dia 25, e as operações foram distribuídas entre os destacamentos Batista Luzardo, Flores da Cunha, Silva Júnior e Alexínio Bittencourt, sob o comando geral de Miguel Costa. O choque, entretanto, não chegou a ocorrer, pois no dia 24, pouco antes da hora prevista, chegou ao acampamento revolucionário a notícia da

deposição de Washington Luís por uma junta pacificadora, formada pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. Informado da queda do presidente, o coronel Pais de Andrade concordou em render-se.

Mal atravessara a fronteira com São Paulo, Luzardo recebeu um chamado de Góis Monteiro para que se dirigisse imediatamente ao Distrito Federal, transferindo a outro o comando do seu destacamento. No Rio de Janeiro, foi convidado a assumir a Chefia de Polícia do Distrito Federal em substituição a Bertoldo Klinger, que a ocupou durante o governo da junta provisória. Luzardo tomou posse em 4 de novembro, no dia seguinte ao da transferência do poder ao novo governo provisório presidido por Getúlio Vargas. Pouco depois, no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha era nomeado interventor.

NA CHEFIA DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Imediatamente, Luzardo iniciou a renovação da Chefia de Polícia. Recompôs o quadro de delegados auxiliares, mantendo da administração anterior apenas um e nomeando Joaquim Pedro Salgado Filho para a Delegacia de Ordem Política e Social. Dos 31 delegados distritais em atividade, muitos foram exonerados após visitas inesperadas de Luzardo e Salgado Filho às delegacias, sob a acusação de prática de violência ou outras irregularidades.

Luzardo adotou medidas destinadas a reestruturar o serviço policial, organizando a Comissão de Reforma da Polícia, para a qual nomeou Afrânio Peixoto, Evaristo de Moraes, Esmeraldino Bandeira e Melquíades de Sá Freire. O trabalho dessa comissão resultou num projeto de reforma-modelo que chegou a ser entregue e aprovado pelo ministro da Justiça, mas não foi implementado por força de injunções políticas posteriores. Outra medida significativa foi a reorganização do Gabinete de Identificação, para o qual Luzardo designou seu ex-colega da Faculdade de Medicina, Leonídio Ribeiro, que instalou um Laboratório de Antropologia Criminal e, com uma equipe de especialistas nacionais e estrangeiros, iniciou pesquisas sobre os biótipos dos negros criminosos e dos homossexuais que lhe valeriam o Prêmio Lombroso de 1933.

No início de 1931, Luzardo adotou diversas medidas anticomunistas. Em janeiro, proibiu a realização da Marcha da Fome e de um comício, ambos organizados pelo PCB. Em março, contratou dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova Iorque para organizar um

“serviço especial de repressão ao comunismo” em moldes norte-americanos. Ainda em abril, determinou a prisão de vários militantes comunistas para impedir a realização de um comício anunciado pelo PCB em comemoração ao 1º de maio. Proibiu, também, qualquer manifestação pública nesse dia. Apesar da proibição, a imprensa noticiou a ocorrência de conflito entre manifestantes e policiais na zona portuária do Rio de Janeiro.

Em novembro de 1931, o PL e o PRR realizaram a Conferência de Cachoeira, durante a qual Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Raul Pilla, contrários ao prolongamento do poder ditatorial do governo, deliberaram iniciar um movimento de solidariedade aos setores políticos paulistas que estavam em crescente oposição ao governo federal e reivindicavam a constitucionalização do país. A nomeação do tenente João Alberto para interventor em São Paulo, logo após a revolução, significara a marginalização do segmento da oligarquia política local que havia participado da revolução, em especial do PD. Esse processo, que se acirrava progressivamente ao longo de 1931-1932, foi marcado pela oposição entre as correntes políticas tradicionais no estado, de um lado, e as forças tenentistas e o governo federal que as apoiava, de outro. Já em março de 1931, Luzardo e Assis Brasil haviam conseguido que os líderes do PD sustassem a publicação de um documento de ruptura com João Alberto. No entanto, o desencadeamento da campanha repressiva contra os democráticos paulistas, que resultara na prisão de vários dos seus líderes, tornara inevitável a publicação do manifesto em abril de 1931.

O empastelamento do *Diário Carioca*, em fevereiro de 1932, por elementos ligados ao movimento tenentista radicalizou o conflito da oposição com o governo federal. O ministro da Justiça, Maurício Cardoso, e Batista Luzardo, na condição de chefe de Polícia, tentaram levar as investigações à frente, mas sentiram que Vargas hesitava em punir os responsáveis. Descrentes da possibilidade de êxito do inquérito, os dois, acompanhados de João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil, Assis Brasil, ministro da Agricultura, e Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, exoneraram-se em março dos seus postos no governo e retornaram ao Rio Grande do Sul, engajando-se na campanha pela reconstitucionalização do país. Em junho, Luzardo, Pilla, João Neves e Collor assinaram um manifesto reafirmando sua solidariedade aos paulistas. A FUG via na luta armada a única maneira de garantir a autonomia do governo de São Paulo.

NO MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA

Finalmente, em julho de 1932, o conflito entre os constitucionalistas e o governo provisório chegou à luta armada, com a insurreição deflagrada em São Paulo pelas forças comandadas pelo general Bertoldo Klinger. No Rio Grande do Sul, não houve consenso em relação à participação na luta armada. Flores da Cunha, à frente de uma parte do PRR, manteve-se fiel a Vargas. Assis Brasil, por seu turno, temia que a luta viesse a servir apenas aos inimigos da Revolução de 1930. Batista Luzardo tentou um levante em Vacaria, iniciando a mobilização de voluntários para marchar sobre outras cidades. Era vital para o sucesso de sua ação a adesão de Borges de Medeiros, a qual, não se concretizando, frustrou o levante. Diante da ausência de apoio efetivo e cercado pelas tropas de Flores da Cunha, Luzardo aceitou um acordo e depôs as armas em troca da concessão de liberdade vigiada em Porto Alegre.

Na capital gaúcha, Luzardo retomou os contatos com Borges de Medeiros e com outros líderes da FUG. Resolveram, então, tentar abrir novas frentes de luta para neutralizar o apoio de Flores da Cunha às tropas legalistas que combatiam os revolucionários em São Paulo. No dia 5 de agosto, Luzardo, disfarçado, deixou Porto Alegre e juntou-se a Borges de Medeiros e Raul Pilla, rumando para Santa Maria e São Gabriel, onde conseguiu recrutar cerca de duzentos homens.

Em fins de agosto, efetivos comandados por Luzardo, Marcial Terra, Lindolfo Collor e Glicério Alves tentaram conflagrar Santa Maria, destruindo a linha férrea que fazia a ligação dessa cidade com Tupanciretã. Pretendiam desviar a atenção das forças legalistas e, se possível, formar um governo provisório. No início do mês seguinte, entretanto, os grupos de Marcial Terra, Turíbio Gomes, Collor e Pilla depuseram as armas e seguiram para a Argentina.

Luzardo e Borges de Medeiros, à frente de duas centenas de homens, ainda permaneceram no Rio Grande do Sul. Na manhã do dia 20 de setembro, travaram em São Gabriel violento combate com as forças governistas, conseguindo dispersá-las. Ainda nesse dia, acamparam na localidade de Cerro Alegre, onde foram envolvidos de surpresa pelas tropas de Flores da Cunha. Todo o estado-maior revolucionário gaúcho foi preso, com exceção de Luzardo, que conseguiu fugir para o Uruguai. Após essa derrota, ainda houve, nos dias seguintes, algumas tentativas de levantes em unidades militares, sufocadas prontamente. Terminava

assim a tentativa de apoio gaúcho aos revolucionários paulistas que, derrotados, acabariam por assinar o armistício com o governo federal no dia 2 de outubro de 1932.

Do exílio, Luzardo, Pilla e Collor lançaram, em 15 de outubro, um manifesto em resposta ao documento divulgado por Flores da Cunha para explicar seu comportamento durante o movimento constitucionalista. Os líderes exilados acusavam o interventor de traição aos compromissos assumidos com os paulistas, responsabilizando-o pela derrota do movimento. Flores negava ter contraído qualquer compromisso com os revolucionários e convocou um tribunal de honra para o julgamento da questão. De Buenos Aires, Luzardo, Collor e Pilla escreveram uma carta explicando aos membros do tribunal de honra que o exame do problema só seria satisfatório quando “plenamente restabelecidos os direitos e garantias de espírito”, pelo que se recusavam a participar da iniciativa.

Luzardo foi enviado em dezembro de 1932 a Portugal para reatar os contatos com os revolucionários opositores de Vargas exilados na Europa. Durante certo tempo, viajou por alguns países europeus. Da Itália, iniciou a viagem de volta ao Brasil, trazendo como saldo de sua missão o retorno de alguns exilados que não haviam desistido de tentar a revolução, como o coronel Euclides Figueiredo, o capitão Mena Barreto e outros militares e civis.

Ainda no exílio, Luzardo procurou contribuir para a reativação do movimento antivarguista. O governo federal, contudo, tomou a iniciativa de preparar a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, convocando eleições para maio de 1933. No Rio Grande do Sul, a profunda divisão produzida no interior do PL e do PRR pela luta armada de 1932 levou Flores da Cunha a formar o Partido Republicano Liberal (PRL), após uma convenção de prefeitos, chefes dos corpos provisórios e dissidentes republicanos e libertadores. Realizadas as eleições para a Constituinte, o PRL elegeu a esmagadora maioria dos deputados gaúchos.

NA CÂMARA: DA OPOSIÇÃO AO APOIO A VARGAS

Com a anistia decretada por Vargas em janeiro de 1934, os exilados retornaram ao Brasil. Luzardo chegou a Uruguaiana em abril, quando se desenrolava a campanha para a Assembleia Constituinte estadual. Libertadores e republicanos revigoraram a FUG, com o objetivo de combater o partido do interventor, mas as eleições, realizadas em outubro, deram novamente ampla maioria ao PRL. Nessa mesma eleição Luzardo foi eleito para a

Câmara dos Deputados, recebendo a expressiva votação de 80 mil votos.

Durante os trabalhos da Constituinte estadual, tanto a FUG quanto Flores da Cunha iniciaram um movimento de pacificação política do estado. A oposição concordou em votar no interventor para governador constitucional em troca de participação no governo. As negociações evoluíram no sentido da implantação de um governo parlamentarista baseado em fórmula elaborada por Raul Pilla e pelo jurista José Maria dos Santos, mas esbarraram na hesitação de muitos republicanos e libertadores em apoiar Flores da Cunha. Finalmente, em janeiro de 1935, a FUG e o PRL firmaram um acordo estabelecendo um governo misto, o chamado *modus vivendi* gaúcho. Flores da Cunha aceitava várias reivindicações da FUG e esta, em contrapartida, cessava a oposição e concordava em assumir duas secretarias: a da Agricultura, entregue a Raul Pilla, e a da Fazenda, a Lindolfo Collor.

Com a posse de Raul Pilla na administração estadual, Batista Luzardo assumiu a presidência do Partido Libertador. Escalado em julho de 1935 para falar sobre os levantes tenentistas de 1922 e 1924, aproveitou para criticar a prisão de duzentos bancários que, na véspera, haviam realizado uma assembleia. Contestando a posição do governo federal, que utilizava os movimentos integralista e comunista como pretexto para o fortalecimento da sua atividade, negou que alguma força política pudesse estar ameaçando o regime constitucional e afirmou que todas as correntes políticas expressivas, particularmente a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora, eram movimentos reconhecidos e registrados no Tribunal Eleitoral, tinham direitos assegurados pela Constituição e deveriam ser defendidas.

Até fins de 1935, Luzardo pautou seus pronunciamentos em forte oposição a Vargas, a quem tratava de “grande tapeador” ou “responsável pelo desgoverno do país”. No início de 1936, com a abertura dos debates acerca da sucessão presidencial prevista para 1938, Vargas, ainda sem candidato oficial, procurou o apoio da FUG na luta que começava a travar com Flores da Cunha, que tentava influir no processo sucessório, ambicionando, senão candidatar-se, indicar um nome com possibilidade de vitória. A FUG acabou por dividir-se em relação a este conflito. Luzardo, acompanhando a maioria dos libertadores e republicanos, acabou por retirar seu apoio a Flores, enquanto um grupo comunitário procurava sustentá-lo, prevendo a possibilidade de um golpe. Dentro do próprio PRL, abriu-se uma dissidência que se colocou em oposição ao governador.

Entre os opositores de Vargas, firmou-se a candidatura de Armando de Sales Oliveira. Em maio de 1937, oficializou-se a candidatura de José Américo de Almeida, apoiada pelo governo federal. Luzardo, já identificado com a política situacionista, foi indicado por Vargas para presidir o comitê de organização da campanha eleitoral de José Américo. Além disso, na condição de prestigiado líder da FUG, apoiou a política de Vargas de enfraquecimento de Flores da Cunha, aprovando diversas medidas, entre as quais a nomeação de um oficial hostil ao governador, o general Manuel Daltro Filho, para o comando da 3ª Região Militar; a dissolução dos corpos provisórios, milícias auxiliares da Brigada Militar gaúcha, e a própria federalização da Brigada, pelo decreto de 14 de outubro de 1937, que colocou seus efetivos à disposição do Exército. Finalmente, Flores da Cunha não resistiu às pressões e renunciou no dia 16, buscando o exílio no Uruguai.

Após a renúncia do governador gaúcho, o governo federal interveio no estado, nomeando o general Daltro Filho interventor. Imediatamente, o interventor procurou obter o apoio da FUG, oferecendo, em troca, a pacificação política do estado, garantia aos direitos individuais e a participação dos partidos oposicionistas na nova administração. A proposta foi aceita pela maioria dos republicanos e libertadores. Segundo seu depoimento a Glauco Carneiro, Luzardo, nessa época, visitou o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, em companhia de José Américo de Almeida, e foi informado de que Vargas pretendia interromper o processo eleitoral. O pretexto seria o recém-divulgado Plano Cohen, pretensão plano de ação comunista apreendido pelo Exército e tornado público em outubro. Na verdade, conforme seria comprovado posteriormente, tratava-se de um documento forjado, utilizado pela alta cúpula militar, de acordo com a chefia do governo, para favorecer a concretização do seu projeto ditatorial.

Em inícios de novembro, Luzardo partiu para Porto Alegre, incumbido de transmitir instruções de Vargas anunciando a deflagração de um golpe no dia 15 daquele mês. De volta ao Rio de Janeiro no dia 9, assistiu na Câmara ao discurso em que Otávio Mangabeira denunciava a iminência do golpe. Segundo seu depoimento, procurou Vargas imediatamente, sugerindo que desfechasse o golpe no dia seguinte, sob pena de dar à oposição tempo de articular sua própria revolução. Segundo Hélio Silva, o desfecho do golpe foi antecipado pela divulgação, entre chefes militares e nos quartéis, do manifesto redigido por Armando de Sales Oliveira denunciando a trama golpista e conclamando as

forças armadas a preservar a ordem constitucional.

De fato, forças policiais e militares cercaram na madrugada do dia 10 a Câmara e o Senado, que foram dissolvidos por decreto de Vargas. Dessa forma, Luzardo perdeu seu mandato de deputado federal. No mesmo dia foi promulgada nova Constituição, que formalizava a instalação do regime do Estado Novo. No dia 26, Luzardo participou, como representante do PL, da reunião da Comissão Mista Interpartidária, também integrada pelo PRR e pela dissidência do PRL. A ata da reunião registrou “a boa harmonia reinante no seio da Comissão”, que refletia “da parte dos seus componentes o elevado propósito de servir lealmente aos patrióticos intentos que orientam a Frente Única e a dissidência liberal no sentido do conagraamento definitivo da família rio-grandense sob o regime outorgado ao país pela Carta de 10 de novembro”. A “distribuição das prefeituras vagas ou a vagarem” seria feita “mediante meticoloso estudo das condições políticas e administrativas, de conformidade com os partidos que apoiam a situação criada pelo golpe de Estado de 10 de novembro”.

EMBAIXADOR NO URUGUAI

Em dezembro, novo decreto de Vargas dissolveu todos os partidos políticos. Nesse mesmo mês, Luzardo foi designado embaixador no Uruguai, em substituição a Lucílio da Cunha Bueno, acusado por Vargas de manter contatos com Flores da Cunha, asilado naquele país. Em pouco tempo, Luzardo travou boas relações pessoais com o ditador uruguaio Gabriel Terra, prolongadas depois com o sucessor general Alfredo Balcomir. Conseguindo que o governo uruguaio determinasse um regime de liberdade vigiada para Flores da Cunha em Montevideú, organizou um dispositivo para vigiá-lo. Suspeito de possuir ligação com os integralistas e nazistas e de manter contato com os comunistas, Flores foi de tal maneira cerceado em seus movimentos que acabou retornando ao Brasil em 1942 e sendo preso na fronteira. Luzardo controlou também outros refugiados brasileiros no Uruguai, de orientações políticas diversas, como Armando de Sales Oliveira e Nestor Contreiras Rodrigues.

No campo diplomático, Luzardo atuou no sentido de acelerar a aproximação entre os dois países. Logo que chegou a Montevideú, divulgou amplamente um plano de ação voltado não apenas para o incremento das relações comerciais, como para uma vinculação mais

estreita na atuação internacional. Durante sua gestão, instalou-se em Montevideu uma agência do Banco do Brasil, fez-se o acordo postal, telegráfico-telefônico, instalou-se o serviço de trem internacional ligando diretamente Montevideu a São Paulo e estenderam-se à capital uruguaia as linhas da Varig. Foi também iniciativa sua a organização da Conferência de Ministros da Agricultura, que reuniu em Montevideu, em 1939, representantes de quatro países da costa atlântica sul-americana e resultou em concessões comerciais recíprocas. Em novembro do mesmo ano, Luzardo promoveu uma exposição do livro brasileiro, que deu origem à criação do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro. Em 1941, expressou o apoio brasileiro ao ponto de vista do governo uruguaio no sentido de que, para a manutenção da integridade territorial das nações americanas, estas, em caso de guerra com países de outro continente, não deveriam ser tratadas como beligerantes.

Às vésperas da instalação da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que se realizaria no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, Luzardo precisou enfrentar a ofensiva diplomática da Argentina, empenhada em formar um bloco que uns consideravam neutralista e outros favorável às potências do Eixo. Em Buenos Aires, os argentinos promoveram um encontro dos chanceleres da Bolívia, Uruguai, Paraguai e Chile, mas esses países não aceitaram a proposta de se colocar em oposição aos Estados Unidos. Luzardo manteve contato com os ministros pressionados pelos argentinos e viajou ao Rio de Janeiro para colocar o governo a par da estratégia argentina. No último dia da III Reunião, o Brasil e os demais países favoráveis aos Aliados conseguiram aprovar uma resolução que recomendava o rompimento de relações com os governos totalitários, recomendação atendida por todos os países do continente, com exceção da Argentina e do Chile. Ainda em 1942, no mês de agosto, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, depois de sucessivos ataques alemães a navios mercantes brasileiros.

Em 1943, Luzardo substituiu interinamente o embaixador Mário Pimentel Brandão nas funções de delegado do Brasil junto à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente.

EMBAIXADOR NA ARGENTINA E DEPUTADO

Com a morte do embaixador brasileiro na Argentina, José de Paula Rodrigues Alves, em maio de 1944, o posto não foi ocupado de forma efetiva durante um ano. Em maio de 1945, Luzardo foi indicado para ocupá-lo, sendo substituído na embaixada no Uruguai por José Roberto de Macedo Soares. Em 29 de outubro, no entanto, Vargas foi deposto e Luzardo pediu exoneração, retornando a Uruguaiana.

Luzardo foi um elemento importante para a organização do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul em 1945. Juntamente com João Neves da Fontoura, procurou influenciar Vargas para que apoiasse a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República nas eleições marcadas para dezembro. Indicado pelo PSD para representar a agremiação durante a campanha eleitoral, trabalhava ao mesmo tempo para eleger-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte, onde tomou posse em fevereiro de 1946. Em maio, porém, já no governo de Dutra, licenciou-se e reassumiu a embaixada brasileira na Argentina. Travando intensas relações pessoais com o presidente argentino Juan Domingo Perón, recém-eleito para o cargo, depois de ter exercido a vice-presidência sob regime ditatorial em 1944, foi intermediário de várias tentativas de um encontro de Perón com Dutra. A oposição brasileira, capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN), fazia cerrada campanha contra as relações de Luzardo com Perón, acusado de simpatizante do varguismo. Com o acordo político estabelecido em setembro de 1946 pelo presidente Dutra com a UDN, que resultou na composição de um ministério pluripartidário, Luzardo não permaneceu muito tempo mais em Buenos Aires, sendo exonerado em fevereiro de 1947.

A Assembleia Constituinte, uma vez promulgada a Constituição em setembro de 1946, havia-se transformado em Congresso ordinário. De volta ao Brasil, Luzardo reassumiu seu lugar na Câmara dos Deputados em março de 1947 e manteve discreta atuação parlamentar até junho de 1950. Nesse momento foi lançada a candidatura de Vargas à sucessão de Dutra com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Progressista (PSP). O PSD lançou o nome de Cristiano Machado, abrindo-se grave dissidência na agremiação, propensa, em conjunto, a apoiar Vargas. Engajado na ala pessedista dissidente, Luzardo revigorou então sua atuação no Parlamento em defesa do ex-ditador.

A campanha eleitoral de Vargas iniciou-se em agosto de 1950, e Luzardo integrou a comitiva que, partindo do Rio Grande do Sul, percorreu São Paulo, Rio de Janeiro, e as

regiões Norte, Nordeste e Centro do país. Vargas aguardou o resultado das eleições, realizadas em outubro, na estância São Pedro, de propriedade de Luzardo. Declarado eleito, lá permaneceu até janeiro de 1951.

EMBAIXADOR NA ARGENTINA SEGUNDO PERÍODO

Com o retorno de Vargas à presidência da República, Luzardo foi novamente indicado para a embaixada brasileira na Argentina e assumiu o posto em agosto de 1951. O novo período na Argentina foi marcado pelas injunções resultantes do aprofundamento de suas relações pessoais com Perón, que procurava apoiar seu governo no movimento sindical. Da oposição, Luzardo recebia a acusação de “agente do peronismo no Brasil”. Sua situação se agravou em 1953, quando o presidente argentino, em visita ao Chile, propôs publicamente a formação de um bloco sul-americano constituído por Argentina, Brasil e Chile, dentro do espírito do Pacto do ABC, firmado pelos três países em 1915 com objetivos econômicos, mas nunca concretizado. Ao fazer a proposta, Perón dizia-se autorizado por Vargas a iniciar negociações com o Chile, promovendo, primeiramente, uma união aduaneira. Imediatamente, João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, aproveitando a visita do vice-presidente da Bolívia, rejeitou publicamente a proposta de Perón. Este, então, cobrou de Luzardo uma posição definitiva de Vargas, que evitou pronunciar-se, passando a se esquivar das tentativas de contato pessoal feitas pelo presidente argentino através do embaixador brasileiro.

As oposições brasileira e argentina caracterizaram a tentativa de revitalização do Pacto do ABC como um projeto voltado para a construção da hegemonia da Argentina no continente. Luzardo, visto como o principal emissário de Perón na articulação do plano, foi duramente atacado. Por outro lado, as negativas de Vargas aos convites de Perón para um contato pessoal desacreditaram o embaixador brasileiro junto ao presidente argentino. Assim, Luzardo deixou definitivamente a Argentina em outubro de 1953, sendo substituído por Orlando Leite Ribeiro.

Em março de 1954 a imprensa brasileira deu ampla divulgação a um documento, produzido por refugiados argentinos no Uruguai, que reproduzia um discurso pronunciado por Perón em novembro de 1953 reafirmando que Vargas fugira a compromissos assumidos na questão do Pacto do ABC. Indagado, no mês seguinte, acerca da veracidade dessa

afirmação, Luzardo recusou-se a responder, argumentando tratar-se de informações secretas do Itamarati, a quem caberia divulgá-las ou não. O governo, por seu turno, negou a existência de negociações secretas com Perón.

Luzardo foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal em julho de 1954, em meio à grave crise política gerada pela acirrada campanha que a oposição movia contra Vargas. O quadro se agravou substancialmente com o atentado da Tonelero, no Rio de Janeiro, que foi desfechado no dia 5 de agosto contra o líder udenista Carlos Lacerda e resultou na morte do major-aviador Rubens Vaz. As investigações indicaram a ligação dos assassinos com a guarda pessoal do presidente, o que intensificou a campanha contra Vargas, envolvendo, agora, importantes setores militares. Vargas passou a ser pressionado a renunciar ou se licenciar. De Luzardo, recebeu a sugestão de retirar-se para São Paulo, onde o comandante da 2ª RM, general Newton Estillac Leal, o apoiaria, até que terminasse o inquérito. No dia 24, contudo, Vargas suicidou-se.

PÓS-1954

O sucessor de Vargas, o vice-presidente João Café Filho, exonerou Luzardo da presidência da Caixa Econômica Federal, designando-o para a direção da Carteira de Consignações do órgão. Luzardo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra essa medida.

Eleito Juscelino Kubitschek para o período presidencial de 1956 a 1961, a oposição tentou invalidar o resultado do pleito. Em 11 de novembro de 1955, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, liderou um movimento militar destinado, segundo seus promotores, a barrar uma conspiração em preparo no governo e assegurar a posse do presidente eleito. O movimento provocou o impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e Café Filho, licenciado, e empossou na chefia da nação o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. Luzardo apoiou a ação de Lott e, na reunião do Conselho da Caixa Econômica Federal do dia 17 de novembro, propôs um voto de solidariedade ao novo presidente e ao ministro da Guerra.

Empossado Juscelino, Luzardo não foi reconduzido à presidência da Caixa Econômica pelo remanejamento administrativo nem por decisão do STF. Através de Tancredo Neves, enviou ao presidente seu pedido de exoneração da diretoria da Carteira de Consignações. O

pedido não foi, contudo, atendido, e Luzardo exerceria o cargo até julho de 1959.

Em março de 1958, Luzardo, por intermédio de seu filho Luís Alberto, entrou em contato com Ademar de Barros, presidente do PSP, oferecendo-se para ingressar nas fileiras dessa agremiação. Nesse mesmo mês, enviou carta à direção nacional do PSD comunicando seu desligamento do partido. No entanto, mesmo tendo se tornado pública essa situação, a intervenção de Ernâni Amaral Peixoto, Tancredo Neves e outros pessedistas impediu que a transferência se consumasse.

Aberta a campanha eleitoral para a sucessão de Juscelino Kubitschek, Luzardo presidiu o comitê parlamentar do marechal Lott, candidato do PSD-PTB. Realizadas as eleições em outubro de 1960, entretanto, Jânio Quadros saiu vitorioso. A derrota eleitoral marcou a retirada de Luzardo das atividades político-partidárias. A partir de então, passou a se dedicar exclusivamente aos seus negócios de pecuária bovina em suas estâncias, que se estendiam pelas duas margens da fronteira Brasil-Uruguai, e a algumas entidades pecuaristas, manifestando-se publicamente em relação à política nacional apenas quando da tentativa de impedimento da posse de João Goulart após a renúncia de Jânio em agosto de 1961. Nessa ocasião, acompanhado por seu filho Luís Alberto, uniu-se às forças civis e militares que apoiavam a posse de Goulart e guarneciam a sede do governo gaúcho, proclamado “o quartel-general da legalidade”. Debelada a crise depois que o Congresso aprovou a emenda parlamentarista em setembro de 1961, Luzardo e o filho retornaram a Uruguaiana.

Em 1972, Luzardo teve sua fazenda Las Toscas, em Artigas, no Uruguai, fronteira com o Brasil, cercada por soldados do Exército e da Marinha e por agentes da alfândega uruguaia. Alegando combater o contrabando de gado, esses agentes levaram todos os animais e prenderam um capataz por infração aduaneira que teria causado prejuízo ao Tesouro uruguaio.

Batista Luzardo faleceu em Porto Alegre no dia 1º de janeiro de 1982.

Era casado com Adelaide Inda Luzardo, com quem teve três filhos.

Foi biografado por Glauco Carneiro em *Luzardo, o último caudilho* (2v., 1977-1978).

Renato Lemos

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CARNEIRO, G. *Luzardo*; CARONE, E. *República*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, I. *Getúlio*; ENTREV. PEIXOTO, A.; FERREIRA FILHO, A. *História*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; *Globo* (11, 12/4/1976); HIPÓLITO, L. *Campanha*; JARDIM, R. *Aventura*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MIN. REL. EXT. *Almanaque*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SÁ, M. *Politização*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; TÁVORA, J. *Vida*; VILLAS-BOAS, P. *Notas*.